

Quadro V.14. Despesas Excepcionais – MFAP
(Milhões de euros)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	Variação %
Bonificação de Juros	241,5	216,3	-10,4
das quais:			
IHRU	6,5	5,3	-18,5
Habitação Própria	231,0	204,9	-11,3
Subsídios	584,5	605,5	3,6
dos quais:			
IFAP	110,0	110,0	0,0
Arrendamento urbano habitacional	29,2	24,1	-17,5
Comunicação Social	159,8	160,9	0,7
Transportes	247,8	274,7	10,9
Activos Financeiros	713,3	20.953,2	2.837,5
no âmbito da Cooperação:			
Seguros de Crédito-COSEC	2,0	2,0	
Empréstimos m/l prazo - exterior	57,5	100,0	73,9
Outros	0,5	0,5	0,0
Iniciativa de reforço estabilidade financeira		20.000,0	
Restantes Activos Financeiros	404,4	307,2	-24,0
Assunção de Passivos e Reg. do passado	104,2	19,4	-81,4
Despesas de Cooperação	122,4	165,7	35,4
das quais:			
Contribuições Financ. Mult. e Bilaterais	64,6	44,8	-30,7
Outras Despesas Excepcionais	146,3	134,7	-7,9
Total	1.750,2	21.954,5	1.154,4

Nos subsídios destacam-se os concedidos ao sector dos transportes, com 274,7 milhões de euros, como compensação pelo serviço público prestado, e à comunicação social, com 160,9 milhões de euros.

No âmbito da Cooperação salientam-se as Contribuições Financeiras Multilaterais e Bilaterais, com 44,8 milhões de euros, bem como os empréstimos a médio e longo prazo – exterior com 100 milhões de euros e os seguros de crédito – COSEC, que atingem o montante de 2,0 milhões de euros.

No âmbito da operação de Reforço da Estabilidade Financeira foi previsto o montante de 20 000 milhões de euros.

V.6. Ministério da Defesa Nacional

V.6.1. Políticas

Em 2009, o Ministério da Defesa Nacional (MDN) dará continuidade às orientações expressas no Programa do Governo com o objectivo de garantir a segurança do Estado e dos cidadãos, tendo em conta os desafios colocados no quadro de segurança internacional, no âmbito dos sistemas de alianças estabelecidos e no respeito pelo Direito Internacional, numa lógica de segurança cooperativa.

Assim, será mantido o empenhamento de forças militares nacionais no exterior e será dada sequência ao Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), enquanto, no plano interno, terá lugar a fase de implementação da nova estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

No âmbito dos assuntos do mar, prosseguirá em 2009 a valorização deste recurso como fonte de riqueza, de oportunidade e de desenvolvimento para o País, numa abordagem integradora e transversal, em consonância com a Política Marítima Europeia, adoptada pela Comissão Europeia durante a Presidência Portuguesa, e cujas medidas incluídas no respectivo Plano de Acção estão em fase de implementação.

Segurança Internacional e Cooperação Técnico-Militar

Portugal, no quadro da segurança cooperativa, continuará a garantir a capacidade de acompanhar e participar, empenhando forças militares nacionais em Teatros de Operações no exterior, no apoio à política externa do Estado e na satisfação dos compromissos internacionais assumidos no âmbito dos sistemas de segurança e defesa que integra.

No domínio da Cooperação Técnico-Militar, será assegurado o cumprimento dos compromissos assumidos no quadro dos sistemas de Segurança e Defesa em que Portugal se integra, dando continuidade ao Programa de Apoio às Missões de Paz em África, privilegiando a conjugação entre Segurança e Desenvolvimento, e aos Programas-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com os PALOP e Timor-Leste.

Reestruturação da Defesa Nacional, Modernização das Forças Armadas e Dignificação da Função Militar

Em 2009 será implementada a nova estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas. No sentido da actualização do modelo organizativo da Defesa Nacional, da modernização das Forças Armadas e da melhoria da capacidade de resposta militar, para fazer face ao ambiente estratégico contemporâneo, serão implementadas as novas Lei de Defesa Nacional e Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), corolário do esforço de reorganização desenvolvido durante a presente legislatura. Prosseguindo no esforço de dignificação da função militar serão revistos os diplomas legais relativos à reestruturação das carreiras e aos suplementos remuneratórios.

Paralelamente serão concretizadas: a reforma dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, que assentará numa reestruturação do modelo orgânico e de gestão; a revisão da Lei de Programação Militar (LPM), que alinhará o calendário financeiro com as necessidades decorrentes dos programas em execução e ajustará o programa de novas aquisições às disponibilidades orçamentais e às necessidades inventariadas para a edificação de capacidades; a aplicação da Lei de Programação de Infra-estruturas Militares (LPIEM), que permitirá renovar e/ou adequar as infra-estruturas existentes, para além de viabilizar o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas; a revisão dos diplomas necessários à racionalização dos efectivos militares.

Assuntos do Mar

Em 2009 será prosseguido o desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Mar, procurando-se, como principal linha de acção governativa, maximizar a sua eficácia pela implementação de um modelo

interdepartamental de gestão integrada, tendo como meta a valorização do mar como fonte de riqueza, de oportunidade e de desenvolvimento para o País.

Serão ainda executados os Planos de Acção aprovados pela Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e elaborados novos Planos de Acção que passam pela dinamização do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar, prosseguirão as actividades necessárias ao desenvolvimento do projecto Sistema Global de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS) e será dada continuidade às campanhas de levantamentos hidrográficos e geofísicos de confirmação das características geológicas e hidrográficas do fundo submarino. Ainda em 2009 será apresentada às Nações Unidas a Proposta Nacional de Extensão da Plataforma Continental (PNEPC) para além das 200 milhas náuticas, acompanhar-se-ão os trabalhos no âmbito das Convenções sobre a Biodiversidade Biológica e OSPAR, e da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, e será dado início às campanhas hidrográficas e geofísicas de prospecção de recursos naturais marinhos de grande profundidade nas áreas de desenvolvimento do projecto de extensão da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas.

V.6.2. Orçamento

A despesa consolidada do Ministério da Defesa Nacional representa 2,8% da despesa da Administração Central e 1,3% do PIB.

Quadro V.15. Despesa Total Consolidada – MDN
(Milhões de euros)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento	Variação %
SUBSECTOR ESTADO	2 005,1	2 071,5	3,3
1. Funcionamento normal	1 967,1	2 033,8	3,4
1.1. - Com cobertura em receitas gerais	1 720,6	1 826,8	6,2
<i>Destacando-se</i>			
Marinha	366,1	387,2	5,8
Exército	536,4	565,4	5,4
Força Aérea	270,7	286,0	5,7
Lei de Programação Militar (LPM)	203,7	314,7	54,5
Forças Nacionais Destacadas	58,0	70,0	20,7
Encargos com a Saúde	138,5	90,0	-35,0
Pensões de Reserva	100,0	100,0	0,0
1.2. - Com cobertura em receitas consignadas	246,5	207,0	-16,0
2. Investimentos do Plano	38,0	37,7	-0,8
2.1. - Financiamento Nacional	27,0	26,7	-1,1
2.2. - Financiamento Comunitário	11,0	11,0	0,0
SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	156,5	173,7	11,0
Consolidação transferências entre subsectores	9,5	9,3	-2,1
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2 152,1	2 235,9	3,9

Nota: Exclui passivos financeiros

O orçamento da despesa consolidada para 2009 revela um crescimento de 3,9%, situação que se deve essencialmente ao aumento das receitas gerais afectas a este Ministério, com especial incidência na Lei da Programação Militar.

A LPM, publicada em 29 de Agosto de 2006 (Lei Orgânica n.º 4/2006), tem por objecto a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacto directo na modernização e na operacionalidade do Sistema de Forças Nacional.

Os encargos com a participação das Forças Armadas Portuguesas em Missões Internacionais de natureza militar ou humanitária e de manutenção de paz, designadamente no quadro das Nações Unidas, atingirão os 70 milhões de euros.

Quadro V.16. Despesa dos Serviços e Fundos Autónomos por Fontes de Financiamento – MDN
(Milhões de euros)

	2008 Estimativa	2009 Orçamento					Varição 2009 /2008 (%)
		Esforço Nacional - OE	Financiamento UE	Receitas próprias	Outras fontes	TOTAL	
Arsenal do Alfeite	30,6			32,7		32,7	6,9
Oficinas Gerais de Mat. De Engenharia	3,0			3,5		3,5	16,7
Oficinas Gerais Fardam. Equipamento	16,3			14,1		14,1	-13,5
Lab. Militar de Prod. Químicos Farmaceuticos	23,5			31,5		31,5	34,0
Manutenção Militar	35,6			42,5		42,5	19,4
Instituto Hidrográfico	10,3	0,3	2,6	7,1		10,0	-2,9
Inst. De Acção Social das Forças Armadas	37,2	9,0		30,4		39,4	5,9
TOTAL CONSOLIDADO	156,5	9,3	2,6	161,8	0	173,7	11,0

Nota: Exclui passivos financeiros.

Em relação ao subsector dos Serviços e Fundos Autónomos está prevista uma despesa de 173,7 milhões de euros para 2009, essencialmente no Laboratório Militar de Produtos Farmacêuticos e Manutenção Militar.

Quadro V.17. Despesa Consolidada segundo a Classificação Económica – MDN
(Milhões de euros)

	2009 Orçamento		
	Serviços integrados	Serviços e fundos autónomos	Despesa consolidada
Despesas com o Pessoal	1125,4	76,6	1202,0
das quais: Pensões e Reformas	100,0		100,0
Encargos com a Saúde	90,0		90,0
Aquisição de Bens e Serviços	314,2	77,9	392,1
Juros e Outros Encargos		1,5	1,5
Transferências Correntes	55,2	2,9	49,1
das quais: transferências de SI para SFA	9,0		-
Outras Despesas Correntes	112,5	5,4	117,9
Aquisição de Bens de Capital	69,2	7,3	76,5
Transferências de Capital	0,3		0,0
das quais: transferências de SI para SFA	0,3		-
Activos Financeiros	0,0	2,1	2,1
Lei da Programação Militar	394,7	0,0	394,7
TOTAL	2071,5	173,7	2235,9

Nota: Exclui passivos financeiros.

A despesa consolidada encontra-se abatida do valor das transferências internas do Ministério de 9,3 milhões de euros.

As despesas de pessoal representam 53,8% da despesa total consolidada, seguidas em ordem de importância pelas despesas com aquisição de serviços que correspondem a 17,5% do orçamento para 2009.

As transferências internas situam-se em 9,3 milhões de euros, das quais 9 milhões de euros para o Instituto de Acção Social das Forças Armadas e 0,3 milhões de euros relativos a Investimentos do Plano para financiamento dos projectos do Instituto Hidrográfico relativos ao sistema de segurança marítimo e fluvial.